

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio Braziliense Class.: Amaz/Militares
Data 18/08/93 Pg.: 7 25

Assuntos estratégicos

(Quem é o inimigo?)

Murilo Santos

Tempos atrás, tivemos grande satisfação de ler um artigo assinado pelo professor Márcio Moreira Alves, sobre a necessidade de se estabelecer as bases do **Pensamento Estratégico Brasileiro**. Oportunas e estimulantes as idéias que certamente estão há tempos em várias cabeças. **Há que se fazer pois!** Referi-me a isso em minhas palavras de despedidas da FAB, a 26 de julho último.

Rompam-se as barreiras! Já é conceito firmado nas mentes pensantes deste País que o assunto Defesa não deve ser responsabilidade somente dos militares, bem como estratégia não é para ser concebida somente por homens de farda. A estes caberão as atividades executivas de emprego da força e as estratégias peculiares e específicas de suas armas, participando com o denominado poder militar das grandes estratégias nacionais, devendo ser esse posicionamento a tônica condicionante dos programas de treinamento militar.

O meio universitário é pleno de cérebros com valiosas contribuições à formulação do nosso pensamento estratégico, por outro lado, a nossa atual "elite" militar acredita que o problema Defesa seja assunto de toda a sociedade, pois, na verdade, só a Nação como um todo poderá fazer face aos muitos desafios e prováveis antagonismos.

Estratégia não é somente assunto para ser discutido na caserna, da mesma forma que a política não esgota sua discussão no âmbito do Congresso Nacional.

E as nossas três forças singulares? Estarão Marinha, Exército e Aeronáutica concebendo e pensando defesa integralmente? Alguém já as interrogou? Acredito ser importante para a modernidade de nossas instituições que se busque e identifique a responsabilidade de promover o desabrochar do pensamento estratégico identificado com todos os anseios e aspirações nacionais. Afinal de contas, o comandante supremo das Forças Armadas, o principal responsável pelas decisões que envol-

vem a defesa do País, necessita dispor de todos os fatores condicionantes, para que formule sua concepção em consonância com a realidade.

Certamente ao Estado-Maior das Forças Armadas está a caber a assessoria da estratégia de emprego de forças militares para a defesa e, a cada uma das três Armas, de per si, caberá o preparo e o emprego militar, sempre que as decisões envolvam a aplicação de meios bélicos.

A Escola Superior de Guerra, renovada, parece ser também um nascedouro natural dessas novas proposições. De lá as idéias dos estrategistas deste País poderão vir a ecoar nos diversos segmentos da sociedade, na medida em que a própria Escola busque a horizontalização de suas idéias, irmanando-se com as

nos forem determinados.

Estou certo de que o hermetismo em que se encontram os assuntos de "defesa" e consequentes estratégias deve-se mais ao desinteresse que parcela da sociedade tem demonstrado, do que propriamente por esses assuntos terem sido monopolizados pelo segmento militar.

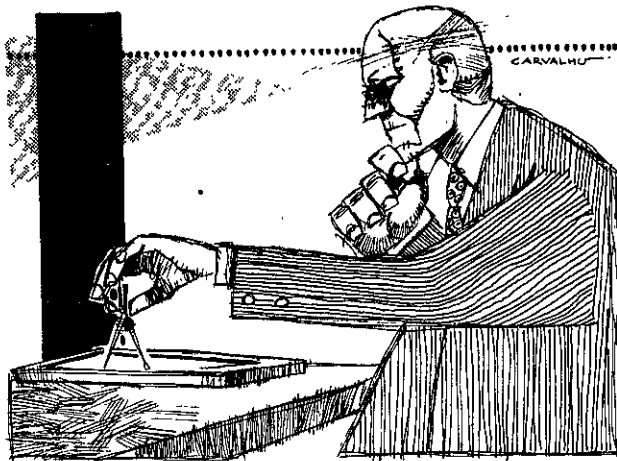
É bem verdade que se tem minimizado a concepção de Defesa por maximização conceitual de Segurança e, aí, então, tudo pode vir a ser enquadrado como tal.

É muito interessante que em qualquer sociedade participativa (amadurecida democraticamente) a concepção e a política de defesa, bem como suas estratégias gerais, constem dos denominados **white papers** e **livre blanc de defense**, documentos de acesso e consenso de toda sociedade, não sendo, em consequência, tarefa impossível obter-se a aprovação pelo Congresso das verbas necessárias ao cumprimento dos programas. Semelhante atitude, evidentemente, decorre de deduções e levantamentos dos vários e claros antagonismos latentes, mensuráveis, evidentes e provavelmente existentes. Certo é, que não se pode esconder o que nos impede de atingir nossos objetivos. A Escola Superior de Guerra até facilita o raciocínio, identificando alguns como Soberania, Bem-Estar Social, Integridade Territorial e outros, denominando-os de objetivos nacionais permanentes e possibilitando, em metodologia própria, a formulação do processo da ação política. Mas, é suficiente? Penso que não. É preciso realidade e pragmatismo, é preciso transparência e visualização, é preciso verdade e ação. Novas estratégias decorrerão com objetividade e certeza, na medida em que mais se aproximarem da realidade. Fiquemos, nós militares, somente com a Defesa, nosso mister e dever competente. O que deve vir primeiro, e com que intensidade? O submarino nuclear, o "Osório", os helicópteros, os nossos projetos aeronáuticos, os mísseis, os navios-aeródromos, todos para serem aplicados na defesa contra possíveis inimigos, ou... o leite das crianças, os livros escolares e a preservação ambiental?

Afinal, qual é o inimigo?

A resposta deve ser de toda a sociedade!

■ Murilo Santos é tenente-brigadeiro do Ar



poucas instituições congêneres do Brasil é também com as do exterior.

A iniciativa das Forças Armadas de abrir suas escolas de estudos superiores (Escolas de Estado-Maior), aos civis, certamente poderá estar contribuindo para o processo como um todo, ainda que a óptica destas escolas, como seria de se esperar, condicione o enfoque dos assuntos lá estudados, na maioria dos casos, à participação específica de cada Arma no processo. O Ministério da Aeronáutica o faz — não sei dos demais.

A capacidade opinativa dos militares brasileiros, aludidas pelo professor Márcio Moreira, é um fato. A meu ver tal potencialidade deve ser canalizada prioritariamente para propósitos militares. Afinal, é somente a eficácia militar que a sociedade civil irá nos cobrar, no momento exato em que tivermos que atingir os objetivos e destruir os alvos que